ANC P-3

23 JUN 1987

GREVE

Veja o que o governo está pensando sobre isso

Antecipando-se às deliberações sobre o assunto, ora em andamento na Assembléia Nacional Constituinte, o presidente José Sarney enviou ontem ao Congresso Nacional novo porjeto-de-lei que dispõe sobre organização sindical e relações coletivas de trabalho. Redigido pelo ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, e pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, o texto prevê, entre outras medidas, o fim do poder de intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos; a existência de mais um sindicato por categoria ou profissão, permitindo também a organização de sindicatos por empresas; o caráter secreto, por meio de cédula, de qualquer votação sindical; a extinção gradativa do imposto sindical; e a proibição da greve nos serviços públicos e atividades essenciais.

A criação de um sindicato por categoria ou profissão depende do número mínimo de um oitavo dos membros da mesma Como seus fundadores. No caso dos sindicatos por empresa ou estabelecimento, esse número de fundadores, contudo, deve corresponder a um terço dos empregados interessados. A votação para fundação de sindicato deve ser secreta e o quórum, em primeira instância deverá corresponder à metade mais um dos fundadores enquatno na segunda convocação essa exigência passa para um terço.

As votações previstas na legislação proposta ontem ao Congresso Nacional passam a ser secretas, com cédula, como por exemplo para deliberação de greves e nas assembléias gerais destinadas à eleição ou destituição de membros da diretoria e dos conselhos, exclusão de associados, aprovação de contas da diretoria, aprovação e alteração dos estatutos ou pronunciamento sobre relações ou dissídios coletivos de trabalho etc. Nesses casos, o quórum exigido será de metade mais um dos associados, em primeira convocação, e de um terço, na segunda.

A filiação sindical não é obrigatória, mas nenhum trabalhador ou empregador será impedido de filiar-se ao seu sindicato, segundo o projeto-de-lei. O texto proibe a administração pública de intervir, suspender ou dissolver essas entidades, assim como suspender, afastar, destituir ou cassar seus dirigentes. Empregado e empregador respondem, contudo, por suas responsabilidades civis, cabendo ao Ministério Público, por determinação do ministro da Justiça ou **ex-officio**, representar contra as entidades sindicais e seus dirigentes, quando a medida for considerada necessária para a prevenção, restabelecimento da estabilidade política, social ou econôica ameaça da por excessos ou abusos no exercício de atividade sindical.

Aos empregados está proibido fornecer meios econômicos ou recursos humanos para sindicatos dos trabalhadores. A receita dessas entidades, de acordo com o projeto-de-lei, resultará apenas de mensa lidades dos associados, de quotas fixadas em normas coletivas devidas por associados e de rendas provenientes de sua atividade ou da aplicação do seu patrimônio. A nova lei proposta pelo Executivo deve começar a vigorar 60 dias depois de sua publicação no **Diário Oficial**, sancionada pelo presidente da República. Um ano depois desse prazo, começa a extinção da contribuição sindical recolhida hoje dos trabalhadores.

A greve continua proibida nos serviços públicos e nas atividades essenciais, tais como: água e esgoto; carga e descarga portuárias; energia elétrica; assistência médica e hospitalar; transporte; compensação bancária; telecomunicações; serviço postal; produção, distribuição e comercialização de remédios e combustível.

Pazzianotto

Saulo Ramos

Fernando Henrique

Eduardo Jorge

Líderes sindicais e políticos criticam o novo projeto do governo. Com indignação.

"Um contra-senso"; "um trabalho inócuo"; "um absurdo". Estas foram algumas das classificações dadas ontem por líderes políticos e sindicais do País ao projeto de lei sobre organização sindical e relações coletivas de trabalho, enviado ontem pelo presidente Sarney ao Congresso Nacional.

Afora as críticas ao conteúdo do anteprojeto, parte das restrições suscitadas pelo texto girou em torno de sua "extemporaneidade" — uma vez que a Assembléia Nacional Constituinte trata, no momento, de dar nova redação ao relatório da Comissão da Ordem Social, que estipula sobre praticamente os mesmos temas abordados no projeto de legislação do governo.

"A matéria está sendo tratada pela Constituinte, e não será uma iniciativa oficial que vai prevalecer em detrimento dos trabalhos da Assembléia", enfatizou, ontem, um dos quatro relatores-adjuntos da Comissão de Sistematização da Constituinte, senador Fernando Henrique Cardoso.

Por sua vez o deputado Eduardo Jorge (PT-SP) disse acreditar que o projeto de lei governamental nem chegará a ser apresentado para votação em plenário. "E se isso acontecer, ele será derrotado", disse o deputado, lembrando que seu partido faz, no momento, aliança com outras legendas, no sentido de garantir aprovação das propostas já acatadas no relatório da comissão da Ordem Social. Uma dessas propostas, inclusive, prevê pleno direito à greve aos trabalhadores (sem as restrições referentes aos serviços "essenciais", mantidas no texto governamental).

"O governo já teve tempo suficiente de tratar dessas antigas reivindicações dos trabalhadores. E por que só agora resolveu encaminhar (essas propostas) ao Congresso Nacional?", perguntou, de seu lado, o deputado Raymundo Bezerra de Menezes (PMDB-CE), também integrante da Comissão de Sistematização da Constituinte. Para Menezes, a iniciativa governamental pode configurar-se apenas como "perda de tempo", uma vez que dificilmente o projeto proporia algo "mais avançado", sobre o assunto, do que as comissêos da Constituinte.

Entre as lideranças sindicais, o único ponto do projeto governamental que chegou a ser aplaudido foi o que prevê a extinção do imposto sindical.

No Rio, a artilharia mais pesada contra o anteprojeto partiu da CGT. "Trata-se de um projeto de gabinete, que descartou a opinião dos trabalhadores", disse Valdir Vicente, presidente da CGT/seção Rio. Para o líder sindical, o ponto do projeto que prevê a formação de novos sindicatos para uma mesma categoria tem como objetivo "enfraquecer ainda mais" os trabalhadores.

O Sindicato dos Bancários do Rio, com cerca de 70 mil filiados, considerou "puro casuísmo" vários pontos do projeto. Para Antônio Carlos de Araújo Miranda, diretor do mesmo sindicato, o "projeto de Saulo Ramos carece de seriedade" em pontos como o que proíbe a greve por aclamação: "Isso é um absurdo tão grande que não cremos que seja levado a sério no Congresso", afirmou.

"Deve ser chamada de lei antigreve", fuzilou, de outra parte, o Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, por meio de nota ontem divulgada.

Mas, além de todas as críticas, o projeto governamental esbarra em uma outra dificuldade: o recesso do congresso Nacional, que começa no próximo dia 1º. Para os observadores, será muito difícil Câmara e Senado discutirem o anteprojeto ainda este mês.

Constituinte: as primeiras decisões.

O relator da Sistematização, Bernardo Cabral, reuniu-se com o PMDB. E a futura Constituição começa a ganhar forma.

A concessão de canais para emissoras de rádio e televisão será outorgada pelo presidente da República, ouvido o Conselho Nacional de Comunicações e **ad referendum** do Congresso; o Supremo Tribunal Federal mantém suas funções de corte constitucional; o voto do analfabeto será facultativo, e a idade mínima do eleitor será de 18 anos, com voto obrigatório. Essas foram as primeiras decisões do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, sobre alguns dos temas polêmicos e que tiveram tratamento conflitante nas comissões temáticas, resolvidos até as 22h10 de ontem, em reunião com os relatores-adjuntos, o presidente da Assembléia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e os líderes do PMDB.

Outros temas onde existem conflitos nos relatórios das comissões temáticas não chegaram a ser discutidos, como a autonomia sinical, o regime de governo a anistia, e a reforma agrária, que para o senador José Inácio (PMDB-ES) "não chega a ser um tema polêmico". A pauta da reunião engloba cerca de 15 itens polêmicos, os quais estão sendo resolvidos politicamente, quando possível respeitando-se os pareceres das comissões temáticas. O trabalho deverá estar concluído amanhã, quando será entregue ao relator Bernardo Cabral, que tem prazo até sexta-feira para redação do texto final do primeiro anteprojeto da futura Constituição.

Bernardo Cabral anunciou a conclusão do esboço do novo relatório da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e das Comunicações, restabelecendo o elaborado pelo relator Arthur da Távola, que não obteve aprovação no plenário da comissão. Arthur da Távola foi convidado para a reunião, para expor seus pontos de vista e facilitar a compatibilização com os outros pareceres.

Comentando a reunião, o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Constituinte, afirmou que esta etapa ainda não alcança os aspectos mais polêmicos, como a reforma agrária, assegurando que, por esse motivo, serão necessárias novas reuniões: "Não vai se esgotar nesta, pois não dá para examinar tudo", disse. Mas ele garantiu que a Constituição já começa a ganhar um rosto e, assim, vai mostrar sua cara, facilitando a identificação dos pontos convenientes ou inconvenientes, em torno dos quais será buscado o entendimento.

Ulysses ressaltou, ainda, que é muito bom o fato de o relator Bernardo Cabral estar trabalhando com dois grupos de tendências diferentes: "Isso torna a coisa imparcial e indica a busca de consenso. Tenta-se, assim, evitar a briga entre esquerda e direita", concluiu.

O senador José Inácio, relator-adjunto da Sistematização, que participou do encontro, reconheceu que a Constituinte "não é do PMDB", mas considerou correto que os representantes do partido procurem defender os pontos do seu programa, como tem feito o senador Mário Covas. José Inácio ressaltou que, após o trabalho da Sistematização, ficarão bastante reduzidos os riscos de debates radicalizantes no plenário.

Participaram da reunião no Prodasen (Centro de Processamento de Dados do Senado), iniciada às 20 horas, o relator Bernardo Cabral, o deputado Ulysses Guimarães, os líderes do PMDB, Mário Covas (na Constituinte) e Carlos Sant'Anna (do governo na Câmara), os relatores-adjuntos Fernando Henrique Cardoso (líder no Senado), José Inácio, Nélson Jobim, Wilson Martins, além de assessores.

Capítulos encerrados

O trabalho de compatibilização já "fechou" outros quatro títulos do esboço da futura Constituição, segundo informação do relator-adjunto Nélson Jobim (PMDB-RS): essas matérias referem-se aos princípios fundamentais, direitos e garantias fundamentais (direitos individuais, sociais e coletivos), nacionalidade e cidadania (direitos políticos e partidos políticos) e garantias constitucionais, além do capítulo da defesa do Estado e das instituições democráticas.

Mas, segundo Nélson Jobim, há outros "pequenos problemas de compatibilização", como a divergência em relação à contribuição sindical: para a Comissão de Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher, há necessidade de uma prévia permissão do contribuinte para o desconto em folha da contribuição sindical, enquanto para a Comissão de Ordem Econômica o desconto em folha deve ser compulsório.

Temendo um aumento excessivo da carga tributária sobre os contribuintes, se aprovadas várias propostas embutidas em diversos relatórios das comissões temáticas, o grupo dos oito relatores-auxiliares da Comissão de Sistematização sugeriu que o deputado Bernardo Cabral leve a questão ao conhecimento de Ulysses Guimarães.

O coordenador do grupo, deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ), revelou que esta "terrível carga fiscal montada sobre os contribuintes" está inserida principalmente em dois relatórios: da Ordem Social e do Sistema Tributário. Em ambos foi aprovado que nada mais poderá incidir sobre a folha de salários, mas a Ordem Social quer que todas as fontes novas de custeio sejam canalizadas para o fundo de seguridade social, enquanto o Sistema Tributário quer beneficiar exclusivamente os Estados e Municípios.

Colocada em votação no grupo, prevaleceu a opção pela seguridade social, cabendo o desempate ao deputado Adolfo de Oliveira. Mas quem decidirá será Bernardo Cabral.

Mas o deputado Adolfo de Oliveira também discorda da extinção do Sesc, Sesi, Senac e principalmente do Senai, que segundo ele, ocorrerá se aprovada na íntegra a redação dada à formação do fundo de seguridade social. "Será financiado compulsoriamente, por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante as contribuições sociais, bem como recursos provenientes da receita tributária da União, na forma da lei", diz o texto da Ordem Social, com um parágrafo único: "toda contribuição social instituída pela União destina-se exclusiva e obrigatoriamente a este fundo".

Quanto à proibição do nepotismo — emprego de parentes — o parlamentar propõe sua ampliação também às estatais, por entender que da forma como foi aprovado na comissão de Ordem Social está restrito apenas à administração direta e indireta. Sobre a proibição de instalação e funcionamento de usinas e atividades nucleares, só permitidas para fins pacíficos, Adolfo de Oliveira disse que levará o assunto para decisão de Bernardo Cabral, por entender que o dispositivo é conflitante com outros aprovados por outras comissões.

Já o deputado Renato Vianna, também do grupo dos relatores auxiliares, apresentará proposta a Bernardo Cabral proibindo "qualquer vínculo que ligue a empresa nacional à sua matriz no Exterior, seja sob a forma de remessa de lucros, pagamentos de **royalties**, financiamentos externos e expedientes que constituam instrumentos para burlar a reserva de mercado". Entende o Parlamentar que para o sucesso da reserva de mercado "impõe-se cortar o cordão umbilical que porventura ligue a empresa com a matriz no Exterior".

Renato Vianna revelou, ainda, terem ocorrido "contradições frontais" em relação ao tratamento ao capital estrangeiro em diversos relatórios das comissões temáticas.

Outro ponto que promete polêmica é a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e a estabilidade no emprego para o trabalhador. Ontem, o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, adiantou que votará, nessa questão, de acordo com a maioria da comissão. Mas, em sua opinião, a jornada de 40 horas é uma conquista; e a estabilidade no emprego, embora muito discutida, existe em vários países.

Ulysses, com relatores e líderes.

Leite Chaves: maioria.

Parlamentarismo só depois de Sarney. E o que Sant'Anna quer.

A proposta de emenda constitucional que institui o parlamentarismo, de autoria do senador Leite Chaves (PMDB-PR), foi lida na sessão noturna de ontem no Congresso; e já iniciou tramitação com a designação de uma comissão mista de 22 membros. A emenda, que conquistou assinaturas de 59 senadores e 327 deputados (mais que os dois terços exigidos), propõe a manutenção dos seis anos de mandato para o presidente Sarney e seus sucessores. Com isso, Sarney ficará obrigado a prestar o juramento de exercer o restante do mandato dentro do novo sistema, ficando ainda responsável pela designação do primeiro gabinete de ministros.

Essa proposta, que transforma Sarney apenas num chefe de Estado, esvaziando seus poderes em benefício de um primeiro-ministro que exerceria as funções de chefe de governo, continua a receber críticas da parte do líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna. Para ele, os poderes de Sarney devem ser preservados até o final do mandato. "O parlamentarismo não deverá alcançar o mandato de Sarney. Isso é coisa para depois", proclamou Sant'Anna, empenhado em defender a adoção do sistema para o sucessor de Sarney.

Mas mesmo defendendo a chegada do parlamentarismo para depois do mandato de Sarney, Sant'Anna receia que haja conflitos. Ele pondera que o novo presidente será eleito pelo voto direto da maioria dos quase 35 milhões de eleitores — e pergunta: "Será que depois de uma eleição consagradora o presidente estaria disposto a abrir mão de grande parte de seu poder, delegando a chefia do governo ao primeiro-ministro, indicado por ele e aprovado pelo Congresso?" E o próprio Sant'Anna respondeu: "Não acredito. Será mais um fator de instabilidade que de estabilidade".

"Três cartas"

Na defesa de sua emenda, Leite Chaves citou um exemplo oriental. Contou ele que um governante, antes de deixar o posto, escreveu três cartas a seu sucessor para serem abertas apenas em momentos de crise. Diante da primeira, o sucessor abriu a carta número um que sugeria uma mudança total dos ministros e de dua política. Na segunda crise, a carta número dois aconselhava nova alteração de alguns ministros e ajustamentos no governo. A terceira carta do antecessor era drástica: num terceiro momento de crise, ele propunha a seu substituto que deixasse o governo e entregasse ao novo governante três cartas com os mesmos conselhos.

"Vamos mudar para o parlamentarismo antes que seja necessário abrir a terceira carta", alertou Leite Chaves, comparando o exemplo oriental com o atual momento brasileiro e sugerindo que Sarney já abriu duas cartas com os dois Planos Cruzados.

Para resolver tal impasse o deputado Milton Reis (PMDB-MG) pretende pedir destaque, nas votações em plenário, à sua emenda que institui o "parlamentarismo congressual". Isso significa que o presidente se manteria como chefe de governo e chefe de Estado, enquanto o primeiro-ministro funcionaria como coordenador do ministério. Todos os ministros civis seriam recrutados no Congresso, mas a nomeação dos ministros militares, do ministro da Fazenda e do chanceler seriam da competência exclusiva do presidente.

No plenário, contudo, haverá destaque a outras emendas. O senador Affonso Camargo (PMDB-PR), por exemplo, defende a sua, que estabelece eleições para presidente em janeiro e posse em abril de 1988. Mas essa decisão, segundo ele, ainda vai depender da evolução do quadro político e da decisão de seu próprio partido. Camargo, que não esconde sua posição de parlamentarista, avisa que não concorda com regimes híbridos: "Se houver mistura, prefiro defender o presidencialismo".

Essa discussão é uma das maiores dificuldades que a Constituinte terá que vencer, na opinião do senador João Menezes, vice-líder do PFL. "Se o bom senso deixar de existir, os problemas poderão se agravar", avisou ele, depois de condenar o chamado "pacto do diabo". Com ou sem pacto, porém, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, admitia ontem com agrado a possibilidade de vir a ser primeiro-ministro. "Mas isso parece casamento do século passado, quando a noiva não conhecia o noivo", comparou, com bom humor. Ulysses, de qualquer forma, se confessa presidencialista, "embora reconheça muita inclinação pelo parlamentarismo".

Militares: reunião política.

Os ministros do Exército, Marinha, Aeronáutica, EMFA, SNI e Gabinete Militar reúnem-se amanhã no Ministério da Aeronáutica para uma avaliação da situação política do País. Um tratamento especial será dado aos resultados dessa primeira fase da Constituinte, com ênfase para os temas mais polêmicos: a anistia ampla, geral e irrestrita para os militares e o sistema parlamentarista com possibilidade de o voto de censura atingir igualmente os ministros militares.

A reunião está tendo sua pauta de trabalho tratada com bastante reserva pelos assessores militares. Admitiu-se, extra-oficialmente, o tratamento de questões políticas que mais têm preocupado os ministros militares, sobressaindo-se aqui a questão da anistia, aprovada em duas comissões temáticas da Constituinte e cujo *lobby* tem dividido os assessores parlamentares. Embora todos considerem "casuística", "inaceitável" ou "perigosa" para as Forças, Marinha e Exército pretendem continuar investindo nos constituintes da Comissão de Sistematização, com vistas a mudar a redação vigente que concede anistia ampla, geral e irrestrita hara todos os punidos "por motivos políticos".

O problema ganha relevo na Marinha onde 1.500 marinheiros (reunidos no sindicato dos Metalúrgicos, no Rio, em 1964) foram atingidos por atos disciplinares e colocados fora da Força sem processo na Justiça Militar. Ao todo a anistia, como foi aprovada, deve atingir um total de 2 mil militares, dos quais 600 com patente de oficiais.

O problema maior, segundo um oficial da ativa, é a questão de reintegração desses militares, ao que o coordenador dos movimentos de anistia, comandante Ferro Costa, responde que menos de 50 militares (desses 2 mil) possuem hoje condições de regresso à carreira.

Embora não acreditem muito na "força da esquerda" dentro da Constituinte, segundo uma fonte, os militares não têm certeza quanto à reação do plenário durante a votação, podendo a anistia vir a ser aprovada em última instância, tal como se encontra prevista.

Um bloco contra a radicalização. O PFL está no comando e aceita adesões.

As primeiras articulações foram feitas por um grupo de 20 deputados do PFL que discordam da liderança de José Lourenço, considerado por eles como um dos responsáveis pela radicalização ocorrida até agora nos trabalhos da Constituinte. Mas esse grupo espera conseguir apoio em outros partidos. É um novo bloco parlamentar que se vem formando no Congresso e espera atuar na Assembléia como uma espécie de poder moderador, com o objetivo de evitar a repetição do confronto verificado na primeira etapa dos trabalhos.

Como o movimento é suprapartidário e sem definição ideológica, começaram a aparecer as primeiras adesões. Pelo PMDB o deputado Hélio Duque é um dos vários parlamentares que estão participando das primeiras articulações do bloco, que espera começar a atuar a partir de 17 de julho. Ainda hoje, esses líderes vão conversar com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e esperam convencê-lo a ser o interlocutor do PMDB com os demais integrantes do bloco.

"A preocupação básica é não permitir que a Constituinte seja conduzida por uma maioria eventual ou por manobras regimentais que acabem transformando a futura Constituição numa carta que atenda a determinadas facções e não aos reais anseios de toda a Nação", definiu o deputado Lúcio Alcântara, um dos líderes do movimento pela parte do PFL.

Até a primeira quinzena de julho o novo bloco espera chegar a um consenso preliminar sobre os pontos temáticos mais polêmicos — como a questão da reserva de mercado, definição de empresa nacional, monopólio das comunicações, do petróleo, reforma urbana e de ensino. "O objetivo é definir um capitalismo moderno, urbano e rural, sem o radicalismo estúpido de lado a lado que vimos até agora", explicou Hélio Duque. "E o instrumento para isso é o entendimento político."

O senador Marco Maciel, presidente do PFL, concorda com a necessidade de se aparar as arestas resultantes da primeira fase dos trabalhos constituintes. "A Constituinte não pode ser encarada como uma assembléia geral na qual quem tem 51% dos votos ganha", observou Maciel. "A futura Constituição tem que representar o pensamento de, no mínimo, 80% dos constituintes, para ter o consenso da Nação, já que a unanimidade é impossível."

Convenção Adiada

O PFL decidiu adiar a reunião da executiva nacional que estava marcada para o próximo 4 de julho. Na opinião de vários parlamentares frentistas, o momento é o mais inoportuno, uma vez que ainda não se registraram as primeiras reações e repercussões do Plano Bresser. Além disso, não se conhece as decisões do PMDB, que marcou uma convenção extraordinária para 18 de julho. Os frentistas ainda argumentam, para adiar a convenção, que tanto no PFL como no PMDB há movimentos rebeldes de restrição ao governo e às respectivas direções nacionais — e os dois partidos, que formalmente ainda apóiam o governo Sarney, continuam divididos em relação a dois assuntos: sistema de governo e duração do mandato presidencial.

Com isso, a convenção do PFL ficou adiada para setembro, embora a data definitiva não esteja marcada. Todos esses argumentos levaram os líderes do PFL a estranhar o fato de o PMDB ter marcado convenção para julho, sem mesmo conhecer as conseqüências do Plano Bresser e desconhecendo até as ameaças de greve geral anunciada pela CUT.